

## **Representações sociais do assédio de rua para brasileiros**

### *Social Representations of street harassment for Brazilians*

Wanessa dos Santos Vieira Araujo<sup>1</sup>, Luana Elayne Cunha de Souza<sup>1</sup>

**RESUMO:** O assédio de rua é uma forma sutil de violência contra a mulher que é cotidianamente invisibilizado e legitimado pela sociedade brasileira. Uma possível explicação para a legitimação dessa forma de violência é a sua associação errônea ao que é uma cantada. Diante disso, o objetivo geral da presente pesquisa foi investigar as representações sociais do assédio de rua para brasileiros. Já os objetivos específicos foram: investigar se a população é capaz de reconhecer o assédio de rua a partir de imagens e investigar os elementos estruturais das representações sociais sobre o assédio de rua e as cantadas. Para tanto, o instrumento utilizado foi um questionário contendo 12 imagens, as quais foram avaliadas a partir de uma escala Likert de 5 pontos e 2 Testes de Associação Livre de Palavras (TALP) com os estímulos indutores assédio de rua e cantada. A amostra foi composta por 130 indivíduos de ambos os gêneros, com idades entre 18 e 70 anos. Os resultados indicaram divergências na identificação do assédio de rua, um alto nível de consenso quanto ao caráter negativo do assédio de rua, desconhecimento quanto à diferença entre assédio de rua e cantada e uma ambiguidade quanto ao conceito do termo cantada. Os resultados foram devidamente discutidos baseando-se na teoria das representações sociais.

**Palavras-chave:** Representações Sociais, Assédio de Rua, Cantada, Mulher, Violência.

**ABSTRACT:** Street harassment is a subtle form of violence against women that is made invisible and legitimized on a daily basis by Brazilian society. A possible explanation for the legitimization of this form of violence is its erroneous association with what a pick-up line is. Given this, the general aim of this research was to investigate the social representations of street harassment for Brazilians. The specific objectives were: to investigate whether the population is capable of recognizing street harassment from images and to investigate the structural elements of social representations about street harassment and pick-up line. To this end, the instrument used was a questionnaire containing 12 images, which were evaluated based on a 5-

---

<sup>1</sup> Centro Universitário de Brasília (CEUB)

point Likert scale and 2 Free Word Association Tests (TALP) with the stimuli inducing street harassment and pick-up line. The sample consisted of 130 individuals of both genders, aged between 18 and 70 years. The results indicated divergences in the identification of street harassment, a high level of consensus regarding the negative nature of street harassment, lack of knowledge regarding the difference between street harassment and pick-up line and ambiguity regarding the concept of the term pick-up line. The results were duly discussed based on the theory of social representations.

**Keywords:** Social Representations, Street Harassment, Pick-Up Line, Woman, Violence.

### Introdução

No Brasil, o assédio de rua se tornou um fenômeno, lamentavelmente, frequente para as mulheres que nele residem. Esse cenário está associado ao contexto histórico-cultural do país, o qual possui em si, intenso machismo entrelaçado a sua estrutura. O termo assédio de rua, explorado por Alves e Souza (no prelo) através de uma série de análises quanto a sua conceituação, é também definido por tais autoras brasileiras e pode ser descrito enquanto:

Práticas intrusivas indesejadas de conotação sexual, que acontecem de modo imprevisível e inevitável, seja de forma verbal ou não verbal (por exemplo, comentários, gestos e sons, olhares abusivos e constrangedores), praticadas por homens contra as mulheres em espaços públicos, de uma forma que as objetifiquem sexualmente (Alves & Souza, p. 10, no prelo)

O assédio é evidentemente expresso, dentre inúmeros contextos, no espaço público. Esta categorização de assédio, é chamada de "assédio de rua" e deriva do vocábulo "street harassment" estipulada por O'Neill (2013) e Di Leonardo (1981). O termo "rua" como descrição para essa variante, designa o espaço público como um todo, ou seja, espaços que não impõem um critério fechado de acessibilidade. Todavia, optou-

se por “assédio de rua” devido ao estereótipo caricato e popular do homem assediando a mulher que atravessa a rua, universalizando assim, o termo para todo espaço público (Fairchild, 2023).

O assédio de rua é caracterizado como um veículo de transmissão de ideias culturais estereotipadas e simbólicas de poder, direcionadas ao gênero, em que o homem é sobreposto a mulher se utilizando de comportamentos não verbais como gestos, ou verbais como comentários e “piadas” a respeito de sua aparência, em que em ambas modalidades de intimidações, seus corpos são atribuídos a características ou cenários estruturados por conotações sexuais ou afetivas, não consentidas pelo alvo das provocações (Borba, 2018; Farmer & Jordan, 2017; Savio & Silva, 2017; Woitowicz, 2009). Essa atenção não solicitada ocorre, simplesmente, pela aparição da mulher em ambientes públicos.

O termo “cantada de rua”, não pode ser utilizado como um sinônimo desta nomenclatura, visto que esta expressão é fortemente associada a um flerte, uma aproximação romântica que surge como uma proposta não invasiva e almeja um consenso. Já o assédio, não tem como alvo o consentimento. Portanto, o termo cantada não cabe enquanto uma substituição do “assédio de rua” (Freitas, 2001; O’Neill, 2013; Savio, 2017). Neste sentido, é de alta relevância que tais termos sejam diferenciados para que sejam identificados na vivência cotidiana, tendo em vista o caráter simultaneamente danoso e frequente do assédio de rua. Segundo pesquisas dos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, com apoio da Uber, 97% das mulheres, na faixa etária de 18 ou mais, já sofreram assédio em transportes públicos e até mesmo privados (G1 SP & GloboNews, 2019). Outro estudo, aplicado pela jornalista Karin Hueck para a pesquisa “chega de fiu-fiu”, sinaliza dados alarmantes, em que 99,6% das entrevistadas relatam terem sido vítimas dessa violência (Benedicto, 2017).

Todavia, essa problemática não se restringe ao Brasil e está presente nos mais diversos países. Segundo Kearn (2010 citado por Walton & Pedersen, 2022) verificou-se que 80% das mulheres ao redor do mundo já foram sujeitas ao assédio na rua. Dhillon e Bakaya (2014) pesquisaram sobre o assédio de rua, especificamente através da ótica de mulheres jovens em Delhi a partir de entrevistas presenciais semi-estruturadas. O estudo demonstrou uma frequência exorbitante de assédio em locais públicos, ocorrendo no mínimo 50% das vezes em que se locomovem em tais locais. As participantes relatam muitas alterações de suas programações para evitar o assédio, como mudança de horários e roupas, visando evitar olhares. Em uma outra campanha, realizada pela Adidas, as mulheres foram convidadas a correr nas ruas sob o acompanhamento de um segurança particular no intuito de evitar assédios. A pesquisa realizada em 9 países constata que 92% das mulheres entrevistadas sentem sua segurança ameaçada ao praticar tais corridas e 51% delas, receiam serem vítimas de ataques físicos (Souza, 2023). Assim como a pesquisa relatada acima, “estratégias de evitação do assédio” também foram percebidas no discurso das entrevistadas.

Fairchild e Rudman (2008) também buscaram compreender o fenômeno através de um conjunto de escalas, além de observarem outros aspectos psicossociais para esta análise. Porém, o resultado foi semelhante no sentido de demonstrar que o assédio é uma vivência comum às mulheres. Um segundo estudo baseado na revisão de literatura realizada por Fileborn e O'Neill (2023) também reafirma esta mesma conclusão. Tendo em vista a frequência deste fenômeno, cabe ressaltar o seu potencial de dano. As vítimas são submetidas à vivência de inúmeras reações negativas, tais como, raiva, autoavaliação negativa, culpa, angústia, estresse, medo de estupro, internalização de comentários negativos sobre seu corpo, repulsa, constrangimento, invasão (Fairchild & Rudman, 2008; Herrera & McCarthy, 2023; Pinheiro & Bonamente, 2018) sintomas de

estresse pós traumático, alterações de peso, síndrome do pânico, tensão muscular, má qualidade de sono, além da objetificação sexual do alvo (Herrera & McCarthy, 2023, Oliveira, 2019), a qual pode desencadear uma maior incidência de auto objetificação, ansiedade e depressão (Herrera & McCarthy, 2023; Farmer & Jordan, 2017; Pinheiro & Bonamente, 2018).

Este campo discursivo emerge de uma realidade social, sendo ele, um espelho da coletividade e não pode ser desvinculado do seu contexto cultural (Benedicto, 2017). Seguindo este raciocínio, o assédio de rua é um mecanismo de reforço frente ao machismo estrutural ainda hegemônico. Ele se insere nos discursos cotidianos visando naturalizar e enfatizar a submissão feminina, introduzidas no imaginário social em consequência das representações sociais (Savio & Silva, 2017). Este seria um “lembrete” da inferioridade feminina e da aceitabilidade social do homem na posição de avaliação de seus corpos enquanto objetos sexuais (Herrera & McCarthy, 2023). O assédio de rua atinge diretamente a integridade feminina, em que o assediador identifica o corpo feminino como uma propriedade pública, na qual ele possui o direito de expressar-se livremente a respeito, sendo a reação da vítima, inconcebível e digna de punições. Ponto este, que fortalece a vulnerabilidade da mulher nos cenários públicos (Reckziege & Duque, 2016). Toda construção cultural enraizada na figura feminina carrega um laço histórico com o patriarcado, tendo em vista que este fenômeno proporcionou não só a eclosão da violência contra mulher, quanto a banalização deste processo, sendo assim, indispensável para compreender a subjetividade feminina (Oliveira et al., 2019).

O patriarcado é definido por Walby (1953 citado por Thorpe et al., 2015, p. 96-97) como “um sistema de estruturas e práticas sociais no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres através de seis estruturas em interação: a família, o

trabalho pago, o estado, a violência, a sexualidade e as instituições culturais”. Essa conceituação é um guia para compreender as múltiplas fontes de violência contra a mulher e proporciona, portanto, o entendimento de que o machismo ocorre, majoritariamente, de modo velado. Ainda segundo Walby (1953 citado por Thorpe et al., 2015), a primeira onda do feminismo ocorreu entre os séculos XIX e XX, intencionando reivindicar sua restrição ao âmbito privado por meio do voto, propriedade privada, autonomia para assumir decisões no ambiente privado e para além dele, assim como o acesso ao ensino superior. No século XX, em função da revolução industrial, as mulheres adentraram ao mercado de trabalho sob o ritmo da progressão industrial. Portanto, a mulher só sairia do campo privado para prover para sua família, sendo esta, uma demanda do cenário econômico. As conquistas da primeira onda foram majoritariamente civis e jurídicas, porém, as interações sociais seguiam marcadas pela desigualdade (Ribeiro, Nogueira & Magalhães, 2021).

Percebe-se por este contexto, que as mulheres não obtinham o direito de transitar nas ruas, pois este ambiente era associado ao privilégio masculino, sendo assim, deveriam manter-se isoladas ao ambiente familiar. Essa ideia restritiva se perpetua na mentalidade atual sob a roupagem do assédio. Esse método surge para conservar os roteiros de gênero pré-estabelecidos, evitando assim, que as mulheres disputem os espaços ao qual possuem supremacia. A rua não é livre para a mulher, portanto, ao ocupá-la, os homens se posicionam como detentores do direito de intimidá-la ou violentá-la, para assim, reafirmar sua negação ao direito de ir e vir feminino através da invalidação de um sentimento pleno de liberdade e pertencimento nos espaços coletivos (Camargo, 2020; Oliveira et al., 2019; Savio, 2016).

Durante a segunda onda do feminismo, com o intuito de requerer uma maior conscientização da igualdade entre os gêneros, especialmente no âmbito trabalhista,

nasceu o termo “assédio sexual”. Inicialmente, o tema da discussão não era atribuído à sexualidade, mas a igualdade de oportunidades em termos de libertação econômica e a validação da competência profissional das mulheres. Em seguida, a expressão “assédio” passou a adquirir encaixe em novos cenários, principalmente no Brasil, o assédio sexual é qualificado no âmbito da sexualidade, ou seja, na autonomia feminina de suas próprias condições sexuais e corporais. O termo se expandiu além das instituições para o ambiente público, derivando no chamado “assédio de rua” (Camargo, 2020).

O retorno do debate público no Brasil a respeito do assédio sexual, se impulsionou em 2015. Partindo dos mesmos ideais de 1970, visava-se alterar o plano político cultural por meios dos mecanismos entrelaçados na estruturação social, sendo o direito um deles. É preciso nomear as formas de violência para descrever e associar essas vivências de modo a solidificar tal fenômeno para então, promover mudanças. Porém, em virtude da vasta gama de contextos nas quais a expressão pode ser utilizada, torna-se complexo se estabelecer uma definição consolidada e passível de abarcar dada multiplicidade (Camargo, 2020; Vera-Gray, 2016). No Brasil, a *Lei nº 13.718 (2018)*, colocada em vigor no ano de 2018, se debruça sobre a importunação sexual em locais públicos e considera que “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro...” gera “pena- reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave”. Entretanto, a lei se aplica a uma restrição do fenômeno assédio de rua, pois a ausência de sua menção às agressões verbais, gestos entre outros, desperta incertezas quanto a qualificação e a validação destas modalidades. Além disto, a aplicação e divulgação desta realização constitucional ainda demonstra nuances a serem questionadas. Tais lacunas são dificilmente superadas em função das limitações jurídicas referentes à obtenção de evidências, o que prejudica o alcance de uma validação extensa do fenômeno.

### **As representações sociais diante do gênero feminino**

Ao compreender as raízes históricas e sociais do assédio de rua, cabe salientar como esse contexto implica nas representações sociais. Estas dizem respeito a produções de conhecimento, constituídas e partilhadas socialmente, as quais possuem uma função prática e atuam como suporte para a elaboração de uma realidade geral de uma dada cultura. Tais conhecimentos, partem de explicações derivadas da comunicação entre os sujeitos em cenários cotidianos, no qual estes efetuam esforço cognitivo obtendo como fruto, a configuração de uma imagem do objeto. Assim, o entendimento da realidade e a atribuição de significados são norteados por um conjunto de referências próprias que permitem uma familiarização com aquilo considerado incomum (Albuquerque, 2019; Sá, 1996).

Segundo a ramificação da teoria das representações sociais, denominada Teoria do núcleo central, desenvolvida por Abric (1993, 1994 citado por Sá, 1996) as representações são contraditoriamente variáveis e enrijecidas, visto que derivam de uma conformidade social em conjunto a discrepâncias individuais. As concepções e condutas que constituem as representações sociais partem de um sistema duplo, o núcleo central (NC) e o sistema periférico (SP). O núcleo central diz respeito à memória coletiva, espelha a moralidade e o contexto sócio-histórico, além de conservar a permanência das representações frente às alterações da realidade, o que ocasiona a solidez e o consentimento social das representações. Ou seja, consiste no caráter homogêneo do social e na estrutura geral do conteúdo. A sua função se divide em duas, normativa - voltado ao senso moral - e funcional - voltado ao campo comportamental (Carvalho, 2012; Sá, 1996).

Já no sistema periférico, as concepções se adequam ao contexto instantâneo, o que fornece abertura a individualidades. Portanto, há heterogeneidade inserida nas

representações e conseqüentemente, uma maleabilidade evolutiva. O corpo, fundamentando-se na percepção da representação social, é a forma do indivíduo existir no mundo, é o meio de comunicação entre o íntimo e o social. Assim, é ele o meio de inserção, articulação e recepção da dinâmica cultural. Este corpo é significado por representações, práticas e crenças compartilhadas socialmente, mas também é ator na produção de novos sentidos, ou seja, ele é o veículo dialógico com o mundo (Lopes & Dias, 2018; Souza, 2018). As representações atribuídas ao corpo feminino não são aleatórias e sim, resultam de um contexto histórico-social amplo, disseminado por múltiplas instituições. Tais representações, apesar de terem sofrido mudanças significativas, esbanjando uma certa liberdade, receberam em contrapartida, uma forte sexualização (Lopes & Dias, 2018).

Essas associações exprimem um jogo de poder amparado na justificativa de gênero. Segundo Judith Butler, “discursos habitam corpos”, de tal forma, que a corporalidade determina a identificação, o acesso, a inclusão e os direitos que esse indivíduo receberá ou não (Louro, 2004; Damico, 2006). Nas sociedades as quais possuem o gênero como centro predominante dos indivíduos em sua jornada de subjetivação, os traços de personalidade são induzidos a consentir com os roteiros preestabelecidos para cada gênero, definidos como verdade absoluta, nos quais, as experiências emocionais e comportamentais destoantes são reprimidas. Tais roteiros, integram-se de um conteúdo transmitido tradicionalmente, portanto, alcançável sem uma reflexão profunda (Costa, 2011; Oliveira, 2019; Firmino & Porchat, 2017). Dessa forma, o corpo feminino é identificado como um passe livre a invasão de seu espaço, pois em uma sociedade sustentada pelo patriarcado o corpo da categoria feminina digna de um respeito mínimo, tidas como “boas meninas”, seriam aquelas bem cobertas, sem a exposição de partes interpretadas eroticamente e que inclusive, se dedicam ao âmbito

privado, caso contrário, seriam mulheres vulgares as quais estão “provocando” tal contato sexual (Matos & Soihet, 2003).

Cabe retomar, que o espaço público não é visto como um ambiente a ser frequentado pelas mulheres, o que pode incitar a uma “necessidade de correção”. Além disso, segundo Foucault (2007) o corpo é atravessado pelo poder o qual simultaneamente o evidencia, e associando tal ponto a Reckziege e Duque (2016), compreende-se que a presença de mulheres em espaços públicos, quando em uma sociedade patriarcal, implica na submissão aos mecanismos de poder, os quais agem exonerando o seu autogoverno sobre seu próprio corpo, promovendo-o a um patrimônio público. Portanto, pode-se realizar um paralelo ao assédio de rua, uma vez que, tais ataques são direcionados à mulher e relacionados a conteúdos sexuais em tom impositivo, salientando assim, a posição de soberania sobre esta.

Partindo de todas as questões socioculturais e políticas articuladas ao assédio de rua, justifica-se a necessidade urgente em ampliar e aprofundar pesquisas sobre o assunto. Durante a revisão bibliográfica e busca por referenciais sobre o assunto, foram identificadas as lacunas científicas à frente. Primeiramente, a maioria dos estudos restringem-se à visão feminina do fenômeno, o que, apesar de proporcionar um estudo rico da vivência feminina, limita a generalização dos resultados visto que não contempla uma interpretação social ampla do fenômeno. Em segundo lugar, há uma forte predominância das amostras na faixa etária de 18 a 30 anos, inviabilizando assim, a expressão de mulheres mais velhas a respeito da temática e conseqüentemente, fornece uma lente mais restrita do fenômeno por não oferecer a transição do entendimento do assédio ao longo das gerações. Por fim, a utilização recorrente de entrevistas demanda amostras reduzidas, o que pode acarretar uma menor representatividade.

Pretendendo superar e complementar tais carências, o objetivo geral da presente pesquisa foi investigar as representações sociais do assédio de rua para brasileiros. Os objetivos específicos são: investigar se a população é capaz de reconhecer o assédio de rua a partir de imagens, e investigar os elementos estruturais das representações sociais sobre o assédio de rua e as cantadas. Esses objetivos fornecem abertura à elaboração de possíveis mudanças na configuração social sob o amparo de fundamentações científicas adequadamente estruturadas, as quais são capazes de abarcar as diversas dimensões associadas ao fenômeno, sem imprimir simplificações prejudiciais a ele, apesar de estabelecer delimitações para aprofundamento do conteúdo. Deve-se debater, refletir e analisar tal fato nas esferas coletivas e individuais, para descrever suas consequências e traçar estratégias de mudanças cabíveis.

## **Método**

### **Participantes**

A amostra foi composta por 130 participantes, entre 18 e 70 anos ( $M = 34,09$ ;  $DP = 12,48$ ), dentre os quais 69,2% pertenciam ao gênero feminino, 54,6% declararam ensino superior completo, 29,2% ensino superior incompleto, 14,6% ensino médio completo e apenas 1,6% ensino médio incompleto ou ensino fundamental completo. Os participantes eram, majoritariamente, de nível socioeconômico médio (54,6%) e de etnia branca (51,5%).

### **Instrumento**

O instrumento, confeccionado através do *Google Forms*, consiste em um questionário dividido em 4 seções. Na primeira seção foi introduzido ao participante o TCLE, para orientá-lo a respeito de sua participação, a temática geral e os aspectos éticos que instruem a pesquisa. Na segunda seção havia o questionário

sociodemográfico, o qual objetivava obter dados pessoais para uma contextualização de resultados.

Já na terceira seção visava explorar a conclusão da análise de cada participante sobre quais situações configurariam o chamado “assédio de rua”. Para tal, foram utilizadas imagens para representar visualmente as vivências de assédio. Essas imagens foram inspiradas nas descrições de situações presentes no “Questionário de Experiências Sexuais” (SEQ; Fitzgerald et al., 1995a), apresentado no artigo “*Everyday Stranger Harassment and Women's Objectification*” de Fairchild e Rudman (2008). No total, foram exibidas 12 imagens compostas a partir da estrutura relatada. A cada imagem realizava-se a pergunta “você considera dada situação como assédio?” e para a coleta das respostas, foi utilizada a escala Likert com 5 pontos que variava de 1 (Discordo completamente) a 5 (Concordo completamente). As imagens foram colocadas em sequência, baseada na sensibilidade do conteúdo, do “mais leve” ao que seria mais “grave”. Entretanto, nenhum conteúdo explícito foi revelado tendo em vista o caráter ético da pesquisa. A figura abaixo apresenta as imagens utilizadas, sendo a ordem numérica destas, conduzidas da esquerda para a direita.

### **Figura 1**

*Imagens apresentadas no instrumento referentes a pergunta “você considera dada situação como assédio?”*



Fonte. Não informada.

Por fim, a última seção utilizou-se do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), técnica a qual permite uma investigação mais minuciosa a respeito das representações sociais incorporadas pelos sujeitos. Nela, foi solicitado que os participantes respondessem “Quais são as 3 primeiras palavras que vem a sua mente ao ouvir o termo "Cantada"?” e logo após, a respeito da expressão "Assédio em ambientes públicos".

### **Procedimento de coleta**

Precedentemente, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética. A amostra foi composta pelo modelo de amostragem por conveniência, sendo os participantes, convocados a participar da pesquisa através de divulgações nas redes sociais. Estes foram informados a respeito da temática de pesquisa descrita como “a relação entre homens e mulheres em ambientes públicos” e foram incentivados a compartilhá-la visando o alcance de um maior número de voluntários. Ao aceitarem o convite, lhes era enviado um link para o acesso ao instrumento, elaborado por meio do formulário google. A primeira etapa do formulário se resumia à assinatura eletrônica do TCLE. Em seguida, os participantes foram direcionados a responder o questionário.

### **Procedimento de análise dos dados**

A análise dos dados concernente às escalas de cada imagem apresentada, diz respeito a uma análise quantitativa para a obtenção das médias, desvio padrão, máximos e mínimos. Esta foi realizada através do *software* SPSS. Já os dados referentes às associações livres, localizadas na quarta seção do instrumento, foram analisadas e codificadas pelo *software* Iramuteq. Este *software* fornece a possibilidade de uma análise estatística de palavras para uma exploração dos elementos das representações sociais. A análise prototípica foi configurada para o estudo de representações sociais, pois pretende identificar a estrutura representacional através da frequência e ordem de evocação das palavras resultantes de um teste de evocações livres (Camargo & Justo, 2018). A partir desta análise, o Iramuteq representa os resultados em uma tabela, orientando-se por 2 critérios: a frequência e a ordem em que as palavras foram evocadas. A intersecção entre esses critérios fornece a organização das respostas em quatro posições (Wachelke & Wolter, 2011).

O primeiro quadrante descreve o núcleo central. Esta região corresponde a palavras com alta frequência e baixa ordem de evocação, ou seja, palavras que foram evocadas por uma parte significativamente alta de participantes de modo imediato (Wachelke & Wolter, 2011). A posição da primeira periferia, representada pelo segundo quadrante, refere-se a respostas com alta frequência e alta ordem de evocação. Dizem respeito a respostas que se sobressaem, mas sinalizam aspectos secundários da representação. Já no terceiro quadrante, as respostas que possuem baixa frequência, mas são evocadas rapidamente compõem a zona de contraste. Sendo assim, esta estrutura pode apontar para duas trajetórias possíveis, ou são apenas fatores complementares à primeira periferia ou há uma possibilidade de haver um subgrupo, o qual atribui valor intensivo a aspectos divergentes da maioria e, até mesmo, há chances de existir um outro núcleo central, alheio à maioria. São elementos com potencial para alterar significativamente a estrutura das representações sociais em virtude de sua relevância, mas que ainda não foram disseminadas de modo uniforme. Portanto, simboliza um risco ao núcleo central. Por fim, a segunda periferia, quarto quadrante, configura palavras evocadas em última instância. Esta zona concerne à componentes com menos destaque em ambos os critérios (frequência e ordem), o que remete a elementos mais singulares (Carvalho et al., 2012; Wachelke & Wolter, 2011).

Para que a análise de dados pudesse ser fidedigna às percepções manifestadas pelos participantes, demandou-se uma substituição de sinônimos por um termo único a fim de superar as limitações do *software* utilizado, o qual não é capaz de agrupar sinônimos, o que iria promover interferências na frequência das ideias. Essa troca selecionou a expressão que abrangeria os sinônimos usando como critério a maior frequência. As substituições das respostas ao estímulo “assédio em locais públicos” foram: “falta de respeito” o qual foi convertido no termo “desrespeito”, assim como

“falta de segurança” se tornou “insegurança”, “criminoso” foi substituído por “crime”, “algo nojento” e “nojento” foram resumidos em “nojo”, “abusada” em “abuso”, “encostar por trás” foi reescrito como “encoxar”, “invasão de privacidade” foi simplificado como “invasão” e “vergonha” foi substituído por “constrangimento”. Já as alterações executadas nas respostas ao estímulo cantadas foram: “engraçado” e “risada” foram substituídas por “piada”, “charlate”, “xaveco” e “paquera” foi reescrito como “flerte” em função de serem considerados sinônimos durante a pesquisa ao dicionário. Por fim, devido ao número excessivo de palavras com baixa frequência derivadas das médias automáticas do Iramuteq, estabeleceu-se um ponto de corte, no qual os termos que aparecem somente 2 vezes ou menos, foram desconsiderados da análise.

## Resultados e Discussão

### Percepção do assédio de rua

A tabela 1 apresenta a descrição dos resultados obtidos a partir de 12 imagens, as quais apresentavam diferentes modalidades do assédio de rua.

**Tabela 1**

*Tabela referente às médias, desvio padrão, máximo e mínimo obtidos nas análises de cada imagem*

	<b>Número de participantes</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>
Imagem 1	130	1	5	3,75	1,404
Imagem 2	130	1	5	3,92	1,31
Imagem 3	130	1	5	4,58	0,955
Imagem 4	130	1	5	4,71	0,752
Imagem 5	130	1	5	4,8	0,675
Imagem 6	130	1	5	4,82	0,676
Imagem 7	130	1	5	4,42	1,01
Imagem 8	130	1	5	4,71	0,64
Imagem 9	130	1	5	4,82	0,668
Imagem 10	130	4	5	4,99	0,088

Imagem 11	130	1	5	4,95	0,38
Imagem 12	130	1	5	4,92	0,45

Fonte. Os autores.

Os resultados obtidos por meio das pontuações médias de percepção do assédio para cada imagem, como um todo, assumiram valores altos, visto que a menor média atribuída aos itens ocorreu na imagem 1 ( $M = 3,75$ ;  $DP = 1,40$ ), ou seja, 75% do valor máximo contido na escala, o que indica que as cenas exploradas são majoritariamente classificadas como assédio. Ainda a respeito desta imagem, mensurou-se 1,40 de desvio padrão, indicando assim, um nível mais alto de discrepância quando comparada às demais. Frente a estes dados, pode-se assumir que tal situação desencadeou um maior desacordo entre os participantes, os quais variaram de “discordo completamente” a “concordo completamente”. A desavença quanto a percepção da imagem 1 possivelmente está relacionada à sutileza da atitude demonstrada, em que se observa regiões sexuais com certa distância, sem que a mulher esteja consciente sobre este fato. Sendo assim, há a hipótese de que a representação da imagem 1 possa ser tão recorrente que passa a ser despercebida ou até mesmo, naturalizada, dado que não emite uma ameaça nítida.

Seguindo esta lógica, a imagem 2 obteve a segunda menor média ( $M = 3,92$ ) e segundo maior desvio padrão ( $DP = 1,31$ ). Pode-se supor que, ainda que a imagem 2 seja semelhante a primeira, as expressões faciais de desejo e o direcionamento explícito dos olhares podem ter influenciado em uma concordância mais alta em comparação à primeira imagem. Entretanto, quando comparada às demais, o valor continua baixo e a dissonância dos resultados da amostra, alta. Em ambas as imagens, o menor consenso sob tal classificação reforça a associação com o nível de conotação sexual atribuídas ao comportamento, posto que há uma “hierarquia implícita”, em que as violências categorizadas como físicas ou sexuais assumem um peso superior em relação aos

demais comportamentos (Herrera & McCarthy, 2023). O que inclusive, se evidencia na divergência entre a imagem 1 e 2, pois ainda que não de modo esdrúxulo, as intenções sexuais se tornaram mais evidentes.

Já o maior valor alcançado diz respeito à imagem 10 ( $M = 4,99$ ;  $DP = 0,09$ ), sendo este resultado, 99,8% do valor máximo permitido pela escala. Em especial destaque, a imagem 10 também contemplou o mais baixo desvio padrão entre as respostas, sendo a marcação mínima deste item, 4 e a máxima, 5. Desse modo, é perceptível que os participantes manifestaram maior concordância quanto à categorização do comportamento evidenciado. Este alto nível de consenso, em que todos os participantes tipificaram o comportamento como assédio, pode ser atribuído ao quão invasivo é a postura apresentada e até mesmo a baixa recorrência em que esses atos são flagrados quando comparado aos outros. Por ser uma tentativa de fotografar as roupas íntimas da mulher em questão, o ato pode ser facilmente percebido como hostil.

Proporcionalmente, as imagens 11 ( $M = 4,95$ ;  $DP = 0,38$ ) e 12 ( $M = 4,92$ ;  $DP = 0,45$ ), são respectivamente, a segunda e a terceira imagem com a maior média e menor desvio padrão. Pode-se supor que estas imagens também repercutiram em um acentuado consenso por se tratar de toques explícitos no corpo da vítima. Sendo assim, são classificadas como importunação sexual, à qual é prevista pela lei e, portanto, é passível de ser punida legalmente (Benedicto, 2017; Bridi et al., 2018). Em função da validação Brasileira a respeito desta problemática, enquadrada como crime, além da hierarquia quanto ao grau de violência expresso em atos físicos e ou sexuais, há uma contribuição para a popularização desta conscientização, o que conduz a um reconhecimento mais nítido sobre dadas situações. Por fim, utilizando as informações exibidas na tabela 1, verifica-se que a diferença entre a menor e a maior média, consiste em 24,8%, ou seja, apresenta uma relevância significativa. Sendo assim, os dados indicam uma percepção

destoante quanto a categorização das diferentes situações analisadas como assédio de rua.

### Análise prototípica

Debruçando-se sobre a análise prototípica, há a compreensão mais incisiva quanto à escolha de palavras, em especial, a frequência na qual são evocadas e a ordem em que emergem. A tabela 2 concentra os principais resultados para fornecer uma discussão mais tangível destes.

**Tabela 2**

*Núcleo Central, primeira e segunda periferia das representações sobre o assédio de rua*

Frequência $\leq 5.5$ e Classificação Média $\leq 1.91$			Frequência $\leq 6.16$ e Classificação Média $\leq 1.82$		
Núcleo central					
Assédio em ambientes públicos			Cantada		
Enunciações	Freq.	Ordem	Enunciações	Freq.	Ordem
Desrespeito	38	1.8	Assédio	28	1.4
Nojo	29	1.7	Desrespeito	25	1.8
Crime	19	1.7	Flerte	24	1.8
Raiva	14	1.9	Elogio	15	1.6
Abuso	10	1.8	Nojo	14	1.6
Desconforto	9	1.9	Desconforto	11	1.8
Primeira periferia					
Assédio em ambientes públicos			Cantada		
Enunciações	Freq.	Ordem	Enunciações	Freq.	Ordem
Medo	15	2	Interesse	9	1.9
Machismo	8	2.4	Piada	7	1.9
Segunda periferia					
Assédio em ambientes públicos			Cantada		
Enunciações	Freq.	Ordem	Enunciações	Freq.	Ordem
Insegurança	5	2.2	Constrangimento	6	2.2
Delícia	5	2.4	Medo	5	2
Revolta	4	2	Sem_noção	5	2.4
Impunidade	4	2.5	Linda	5	2
Denúncia	4	2.5	Raiva	4	2.8
Indignação	3	2.3	Intenção	3	3
Estupro	3	2.3	Depende	3	2
Ódio	3	2	Importunação	3	2
Importunação	3	2.3	Machismo	3	2
Zona de contraste					
Assédio em ambientes públicos			Cantada		

Enunciações	Freq.	Ordem	Enunciações	Freq.	Ordem
Gostosa	5	1.4	Homem	6	1.3
Assédio	5	1.8	Gostosa	5	1.2
Covardia	4	1.5	Dar_em_cima	5	1.8
Tristeza	3	1.7	Conquista	4	1.5
Repúdio	3	1.7	Normal	4	1.5

Fonte. Os autores.

O núcleo central, ilustrado pela tabela 2, comporta as representações com maior predominância social e fundamenta a percepção coletiva em função da sua ampla extensão, estabilidade e consenso, esta é basicamente uma opinião de propriedade coletiva (Carvalho, 2012; Sá, 1996). Referente ao assédio em ambiente público observa-se uma percepção negativa e degradante à integridade do alvo, visto que as palavras mais utilizadas foram “desrespeito”, “nojo”, “crime”, “raiva” e “abuso”. A palavra “crime” indica a uma possível ciência da lei da importunação sexual, a qual agrega em si, modalidades do assédio de rua. Seguida de sentimentos comumente consequentes do assédio de rua, tal como “raiva” e “nojo” (Fairchild & Rudman, 2008; Herrera & McCarthy, 2023; Pinheiro & Bonamente, 2018).

Já o estímulo "cantada" desencadeou manifestações contraditórias, tais como "assédio", "desrespeito", "flerte", "elogio", "nojo" e "desconforto". Ou seja, uma parte significativa da amostra classificou “cantada” como um sinônimo de assédio, utilizando inclusive “desrespeito” e “desconforto” para se referir a ambas. Porém, a terceira palavra com maior frequência é “flerte”, seguido por “elogio”, indicando uma ambiguidade dentro do próprio núcleo central. Ainda que exista uma tendência mais significativa a enxergá-la enquanto assédio, há simultaneamente, uma abertura para compreendê-la positivamente.

É importante ressaltar, que diferentemente do termo “cantada” o estímulo “assédio de rua” não obteve nenhuma palavra de conotação positiva. Sendo assim, o coletivo expressa forte repulsa ao assédio em ambientes públicos e indica uma

inclinação à interpretação da cantada como uma expressão do assédio, porém ainda sim, apresenta margem para o reconhecimento desta como um elogio. Ou seja, percebe-se uma dificuldade ou até um desconhecimento, quanto a característica central da diferenciação entre os termos, sendo ele, o objetivo de obter consentimento (Borba, 2018; Farmer & Jordan, 2017; Freitas, 2001; O’Neill, 2013; Savio & Silva, 2017; Woitowicz, 2009).

Os elementos da periferia, primeira e segunda, representados na tabela, indicam os aspectos mais individuais das representações sociais e as variações de cada grupo quanto ao objeto social em foco (Carvalho, 2012; Sá, 1996; Wachelke & Camargo, 2007). Concernente ao assédio em ambiente público, a primeira periferia conteve os termos “medo” e “machismo”, o que indica que, novamente, o assédio em ambientes públicos incitou expressões de caráter negativo. O medo é percebido como uma das consequências decorridas do assédio, em especial, direcionadas ao receio quanto à possibilidade de estupro (Herrera & McCarthy, 2023), o que justifica e se reforça pelo aparecimento do termo “estupro” na segunda periferia. Em destaque, cabe enfatizar a palavra machismo, a qual sinaliza a uma compreensão frente às raízes sociais do assédio, e reforçam as colocações já estudadas por autores como Savio e Silva (2017) e Herrera e McCarthy (2023), os quais discorrem que este comportamento seriam uma resposta ao machismo estrutural que visa retroalimentar este sistema ao relembrar a vítima de sua inferioridade, submissão e posse sobre seus corpos utilizando-se do discurso para tal propósito. Sendo assim, compreende-se que ainda sob variações grupais, o assédio de rua continua sendo percebido como um ato nocivo.

Pertinente à cantada, as palavras “interesse” e “piada” apresentam uma conceituação geral positiva. Dessa forma, identifica-se aqui uma clara diferença a respeito do assédio, pois as cantadas são compreendidas como uma tentativa de

iniciação de interações sociais românticas ou até mesmo descontraídas, podendo ser uma aproximação bem aceita (Freitas, 2001; O'Neill, 2013; Savio, 2017). Assim, verifica-se que alguns grupos reconhecem a distinção entre ambas, ainda que não seja uma conformidade social. Portanto, sustenta-se a tendência positiva apontada pelas palavras “flerte” e “elogio” presentes no núcleo central.

A segunda periferia diz respeito aos elementos periféricos de menor predominância quando comparada à primeira periferia. No que concerne ao assédio de rua as palavras “insegurança”, “delícia”, “revolta”, “impunidade” e “denúncia” sinalizam tanto os sentimentos gerados por tal situação quanto a palavra “delícia”, a qual provavelmente indica uma atribuição sexual frequentemente utilizada para o cometimento do assédio de rua. Este termo, assim como a palavra “insegurança”, faz alusão ao contexto histórico-cultural feminino, no qual naturaliza-se a reclusão da mulher ao âmbito privado e a sexualização àquelas que fogem a esta “regra”. Sendo assim, o assédio de rua é uma forma de impor a mulher a sua retirada do âmbito público por meio de intimidações e, pauta-se em uma mentalidade altamente sexualizada para desmoralizá-la e lhe provocar insegurança. Portanto, é manifestado por meio de referências sexuais, dado que o corpo feminino passa a ser visto como público (Baggio, 2019; Camargo, 2020; Oliveira, 2019; Lopes & Dias, 2018; Reckziege & Duque, 2016).

As palavras “revolta”, “indignação” e “ódio” mencionadas pela amostra, se compreendidas como uma variação da “raiva”, se tratam de um sentimento utilizado como um mecanismo de defesa comum decorrente da sensação de perda de poder, neste caso, o “poder” se refere autoridade de seu próprio corpo (Lipp, 2005), além disso, a raiva é uma das diversas consequências do assédio de rua (Fairchild & Rudman, 2008; Herrera & McCarthy, 2023; Oliveira, 2019; Pinheiro & Bonamente, 2018). Portanto, essa emoção, genuinamente manifestada, demonstra a percepção dessa dinâmica de

poder. Os termos “importunação”, “impunidade” e “denúncia” podem fazer jus à lei de importunação sexual e simultaneamente, às lacunas e obstáculos de sua aplicação cotidiana. Estas resultam em uma ausência de responsabilização do autor e de sensação de impotência por parte da vítima em função desses recursos jurídicos insuficientes.

Ainda na segunda periferia, porém centralizando-se na análise de cantadas, percebe-se o uso dos termos “constrangimento”, “medo”, “raiva”, “importunação” e “sem noção”, os quais foram também utilizados para designar assédio de rua. Já as palavras “depende” e “intenção” sinalizam que há uma linha tênue para que um dado comportamento seja percebido como cantada. Dessa forma, compreende-se novamente que há uma marcante dualidade frente a este termo, e a depender do grupo ao qual se refere e o contexto inserido, cantada é entendida como assédio de rua.

Por fim, a zona de contraste, diz respeito aos elementos que foram imediatamente evocados, porém, com uma recorrência inferior à média. Esta zona retrata as representações que podem ser ameaçadoras ao núcleo central por exibirem grande importância, entretanto, ainda não são tão compartilhadas e consentidas. No tocante ao assédio as palavras mais frequentes foram “gostosa”, “assédio”, “covardia” e “tristeza”. Entretanto, essa percepção vai de encontro àquelas do núcleo central, compactuando com o sentido negativo já mencionado anteriormente, junto a um termo que representa, possivelmente, uma demonstração de assédio de rua. Tendo em vista que a cantada ora é reconhecida como assédio, ora não, esta colocação encontra-se sob dualidade. Da mesma forma, a palavra “gostosa” aparece referente aos dois estímulos, reforçando assim, a possibilidade da confusão quanto ao termo. Por fim, o uso das palavras “dar em cima”, “conquista” e “normal”, também complementa esta ambiguidade pois trazem uma conotação neutra ao termo.

### **Considerações finais**

As pesquisas anteriores, tais quais as realizadas pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, Dhillon e Bakaya (2014), Fairchild e Rudman (2008) e Fileborn e O'Neill (2021), comprovam e reforçam a “normalidade” e recorrência destes fenômenos na vida das mulheres. Diante de tais pesquisas pregressas, o objetivo geral da presente pesquisa foi investigar as representações sociais do assédio de rua para brasileiros. Os objetivos específicos foram: investigar se a população é capaz de reconhecer o assédio de rua a partir de imagens, e investigar os elementos estruturais das representações sociais sobre o assédio de rua e as cantadas. Tais objetivos foram satisfatoriamente alcançados.

Partindo de uma análise geral, conclui-se que a população se mostra capaz de reconhecer o assédio de rua sob diversas modalidades, todavia, apresenta nítidas divergências quando expressas de modo “sutil”, como gestos e olhares, o que reforça a ideia de uma “hierarquia” na validação dessas manifestações, nas quais os atos físicos e sexuais assumem maior relevância, argumentação esta, reforçada na literatura, como por exemplo, por Carneiro (2020) e Herrera e McCarthy (2023), assim como também pode indicar os efeitos da lei de importunação sexual e suas limitações. Observa-se diante dos dados uma intensa imprecisão entre as representações das palavras cantada e o assédio em ambiente público e uma capacidade reduzida de identificação das diferenças entre ambas. Ainda que haja uma repulsa ao assédio de rua, a confusão com o termo cantada pode sinalizar a uma interpretação errônea do assédio de rua enquanto uma tentativa de cantada, o que conduz os indivíduos a continuar a performando ou sustentando-a em função desta ausência de reconhecimento do caráter danoso de suas ações. Sendo este um dado essencial para análises e intervenções futuras, ponto este, corroborado por Herrera e McCarthy (2023). Além disso, foi possível investigar os elementos estruturais das representações sociais sobre o assédio de rua e as cantadas por meio dos termos

utilizados os quais demonstraram o enraizamento histórico do assédio de rua, possibilitando uma retomada da discussão do uso da sexualidade como método de descredibilização feminina e reforço da supremacia masculina no ambiente público.

Entretanto, a pesquisa em questão possui limitações inerentes ao contexto em que foi configurada e as delimitações escolhidas. A primeira limitação diz respeito aos participantes. Estes podem não oferecer uma amostra suficientemente representativa, tendo em vista que 69,2% eram mulheres e 83,8% possuíam ensino superior completo ou incompleto, pontos estes que podem proporcionar percepções mais embasadas e refletidas sobre o assunto estudado. A amostra é considerada pequena em função de abarcar apenas 130 participantes, ponto este que pode interferir na generalização dos resultados. Por fim, a desejabilidade social pode ter se mostrado como um possível impasse, no qual os indivíduos podem ter selecionado as respostas que julgaram ser mais aceitáveis socialmente ou atenuaram sua opinião em função da tentativa de se adequar ao padrão moralmente aceito.

Aos estudos futuros, sugere-se que as amostras sejam mais representativas para que os mais variados grupos sociais possam ser contemplados e assim, os resultados sejam ainda mais coerentes com a diversidade dos grupos sociais. Recomenda-se também que seja realizada uma comparação quanto a idade e ao gênero no processo de análise dos resultados para averiguar se haveria divergências marcantes devido a essas características. Por último, aconselha-se a utilização de mais instrumentos para que o fenômeno possa ser estudado por múltiplos ângulos.

Esta pesquisa possui o potencial científico para fundamentar e guiar a produção de novos estudos visando compreender as múltiplas variáveis inseridas no fenômeno “assédio de rua”. Dado a importância do assunto e a extensão de sua ocorrência, a qual não se restringe ao Brasil, este estudo pode se tornar um pilar para pesquisas nacionais e

internacionais. Em nível social, a pesquisa em questão possui a eficiência necessária para embasar e sustentar projetos de intervenção política e social que intencionam solucionar essa problemática, assim como, respalda e evidencia a necessidade do desenvolvimento de campanhas de conscientização em escolas, universidades e em locais públicos pretendendo levar esse debate adiante, de modo a combater esta problemática de caráter estrutural.

### Referências

- Albuquerque, A. G., & da Silva, A. M. T. B. (2019). Gênero como objeto de pesquisa em Representações Sociais. *Research, Society and Development*, 8(7), 1-8.  
<https://doi.org/10.33448/rsd-v8i7.1120>
- Alves, N. A., & Souza, L. E. C. (No prelo). Assédio de rua: uma análise conceitual a partir da psicologia social. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Baggio, A. T., & Luz, N. S. da. (2019). A dimensão política do assédio sexual de rua: aplicativos de mapeamento como iniciativas de cidade inteligente. *Estudos Semióticos*, 15(1), 132-151. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2019.160193>
- Benedicto, E. A. F. (2017). A mulher e o direito à cidade: Assédio sexual x cantadas. *Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos, história e democracia*, 29, 1-11.  
[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491153147\\_ARQUIVO\\_ednabenedicto.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491153147_ARQUIVO_ednabenedicto.pdf)
- Borba, L. N. (2018). *Tô na rua mas não sou sua: uma intervenção urbana que fala sobre o assédio sexual sofrido pelas mulheres nos locais públicos* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Bahia].

Bridi, B. H, Pereira, E. L., & Weber, J. L. A. (2018). Assédio de rua destinado à mulher.

*II Congresso de Direitos Humanos do Centro Universitário da Serra Gaúcha*,  
2(1), 42-44.

Camargo, B. (2020). Entendendo o assédio sexual e a importância das relações de gênero: inputs da pesquisa empírica para o tratamento jurídico-penal da questão.

*Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, 5(9), 190-217.

<https://doi.org/10.24861/2526-5180.v5i9.134>.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2018). *Tutorial para uso do software IRAMUTEQ*.

Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição.

Carneiro, G.L.S (2020). *De burca ou de biquíni: direito à cidade, mobilidade urbana e assédio de rua em Fortaleza/CE* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]

Carvalho, N. C., Lima, M. E. O., Faro, A., & Silva, C. A. F. (2012). Representações sociais dos ciganos em Sergipe: contato e estereótipos. *Psicologia e saber social*, 1(2), 232-244. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psisabersocial/article/view/4902>.

Damico, J. G. S., & Meyer, D. E. (2006). O corpo como marcador social: saúde, beleza e valoração de cuidados corporais de jovens mulheres. *Revista Brasileira de ciências do esporte*, 27(3), 103-118.

<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/77>

Dhillon, M., & Bakaya, S. (2014). Street Harassment: A Qualitative Study of the Experiences of Young Women in Delhi. *SAGE Open*, 4(3), 1–11.

<https://doi.org/10.1177/2158244014543786>

Di Leonardo, M. (1981). A Economia Política do Assédio nas Ruas. *Égide*, 51-57.

- Fairchild, K. (2023). Understanding street harassment as gendered violence: past, present, and future. *Sexuality & Culture*, 27(3), 1140-1159.  
<https://doi.org/10.1007/s12119-022-09998-y>
- Fairchild, K., & Rudman, LA (2008). Everyday Stranger Harassment and Women's Objectification. *Social Justice Research*, 21, 338–357.  
<https://doi.org/10.1007/s11211-008-0073-0> .
- Farmer, O., & Smock Jordan, S. (2017). Experiences of Women Coping With Catcalling Experiences in New York City: A Pilot Study. *Journal of Feminist Family Therapy*, 29(4), 205-225. <https://doi.org/10.1080/08952833.2017.1373577>
- Fileborn, B., & O'Neill, T. (2023). From “Ghettoization” to a Field of Its Own: A Comprehensive Review of Street Harassment Research. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(1), 125–138. <https://doi.org/10.1177/15248380211021608>
- Firmino, F. H., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1),51-61.  
<https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819>
- Fonseca, D. H. da., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307–314. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>.
- Freitas, M. E. de. (2001). Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 41(2), 8–19.  
<https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000200002>
- G1 SP & GloboNews. (2019, 18 de junho). 97% das mulheres dizem que já sofreram assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa. *Portal G1*.  
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres->

dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-  
diz-pesquisa.ghtml

Herrera, J., & McCarthy, B. (2023). Interpretações de assédio nas ruas: uma exploração da interseção de gênero e raça/etnia e variáveis mediadoras. *Violence Against Women*, 29(3–4), 453–474. <https://doi.org/10.1177/10778012221094067>

Kissling, E. A. (1991). Street Harassment: The Language of Sexual Terrorism. *Discourse & Society*, 2(4), 451–460. <https://doi.org/10.1177/0957926591002004006>.

Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto de Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Presidência da república. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm#art1).

Lipp, M. E. N. (2005). *Stress e o turbilhão da raiva*. Casa do Psicólogo.

Lopes, F. M., & Dias, F. C. T. (2018). Corporalidade e representação social da mulher contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências da vida*, 6(2), 1-19.

Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.

Matos, M. I. S., & Soihet, R. (2003). *O corpo feminino em debate*. Unesp.

Oliveira, A. C. M. D. (2019). Reflexões sobre a mulher e a importunação sexual nos transportes públicos brasileiros [Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade Evangélica de Goianésia].

Oliveira, I., Figueiredo, B., Nina, J., Oliveira, X., & Novais, S. (2019). Representação social da violência doméstica sobre as mulheres. *Revista de Investigação & Inovação em Saúde*, 2(2), 7-18. <https://doi.org/10.37914/riis.v2i2.53>.

- O'Neill, J. (2013). *Gender in public space: Policy frameworks and the failure to prevent street harassment. Senior thesis*. Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princeton University.
- Pacheco, M. L. L., Roso, A. R., Souza, J. G., & Souza, A. F. (2022). Violência contra as mulheres e Teoria das Representações Sociais: revisão integrativa. *PSI UNISC*, 6(2), 174-198. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v6i2.17270>.
- Pinheiro, M. A., & Bonamente, C (2018). Mapeando o Assédio de Rua: Uma Visão Sobre o Ciberativismo Feminista do Aplicativo SaiPraLá. *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Cascavel, PR.
- Reckziegel, R. B., & Duque, M. S. (2016). O princípio constitucional de igualdade de direitos entre homens e mulheres e uma análise crítica ao assédio sexual em locais públicos. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, (14), 59-90. <https://revistadpers.emnuvens.com.br/defensoria/article/view/216>.
- Ribeiro, D., Nogueira, C., & Magalhães, S. I. (2021). As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Revista de ciências humanas e sociais*. <https://hdl.handle.net/10216/136148>
- Sá, C. P. D. (1996). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1996000300002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002&lng=pt&tlng=pt)
- Savio, T. D (2017). Ei gostosa! Assédio de rua e interações assimétricas no espaço público. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women 's World Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis.

Silva, M. V. P. (2008). Controle e normalização: Michel Foucault e a relação entre corpo e poder. *Domus on-line: rev. Teor. pol. soc. Cidad.*, 3, 87-98.

Sousa, K. C. S. (2012). Estereótipos étnicos e representações sociais: uma breve incursão. *Revista Educação e emancipação*, 5(2), 201-27.  
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/3259>

Souza, C. (2023). *Estudo: 92% das mulheres que correm na rua têm medo de assédio*. Metrópoles. <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/bem-estar/estudo-92-das-mulheres-que-correm-na-rua-tem-medo-de-assedio>

Souza, I. F. D. A. (2018). Representações sociais: o corpo da mulher negra e sua imagem corporal [Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade Pernambucana de Saúde]. Repositório Institucional.

Thorpe, C., Todd, M., Tomley, S., Yuill, C., Weeks, M., Hobbs, M., (2015). *O livro da sociologia*. Globo Livros.

Vera-Gray, F. (2016). Men's stranger intrusions: Rethinking Street harassment. *In Women's Studies International Forum*, 58, 9-17.  
<https://doi.org/10.1016/j.wsif.2016.04.001>.

Wachelke, J. F. R., & Camargo, B. V. (2007). Representações sociais, representações individuais e comportamento. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379-390.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013&lng=pt&tlng=pt).

Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 521–526.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400017>

Walton, K. A., & Pedersen, C. L. (2022). Motivations behind catcalling: exploring men's engagement in street harassment behaviour. *Psychology & Sexuality*, 13(3), 689-703. <https://doi.org/10.1080/19419899.2021.1909648>

Woitowicz, K. J. (2009). O riso como lugar de expressão e fortalecimento do machismo. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, 7(13). <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18784>.